

BOLETIM 9 – Brasília, 12 de novembro de 2015

Centrais sindicais e Dieese lançam ação pela recuperação dos empregos

As centrais sindicais e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico (Dieese) lançaram nesta segunda-feira (9), em São Paulo, o movimento “Recuperar e Fortalecer os Empregos no Brasil - Soluções políticas e institucionais para reativar o setor de petróleo, gás, construção e naval”. Os temas dos debates serão convertidos em um documento com propostas para os setores, que será entregue em dezembro ao governo federal, às lideranças da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como a representantes de instituições como a Procuradoria Geral da União (PGU), Tribunal de Contas da União (TCU), Advocacia Geral da União (AGU), Ministério Público Federal (MPF) e Supremo Tribunal Federal (STF).



Mazinho, ao lado de representantes de outras centrais, na reunião com o DIEESE em SP



Para Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese, que coordena esses trabalhos, os setores analisados na plenária são "partes estruturantes" para a retomada do crescimento do país. "Entendemos que o próprio emprego é um dinamizador da economia, que gera, por um lado, a renda que sustenta a demanda interna e, por outro, a receita para o Estado poder atuar", disse.

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, representou a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), da qual é vice-presidente, no encontro, quando apresentou uma análise da situação vivida pelos trabalhadores em todo país, especialmente os da construção civil, com as crescentes demissões e ameaças aos direitos trabalhistas, e defendeu "uma solução negociada, envolvendo as empresas, o governo, o legislativo e demais instituições que, de forma direta ou indireta, podem contribuir com uma saída que seja capaz de estancar a crise e recuperar os empregos perdidos", afirmou.

Mazinho lembrou que "há alguns anos, nós já prevíamos que, da forma como estava sendo conduzida a economia, acabaria na formação de uma grande bolha, que é o que está acontecendo hoje no setor da construção, como aconteceu nos EUA, recentemente, quando imóveis eram vendidos a um dólar, apenas para que o seu titular se desfizesse do endividamento nos bancos. Numa outra proporção, mas é o que está acontecendo no Brasil. Por isso – acrescentou – é fundamental todos sentarem à mesa para buscar uma solução conjunta".

Além de Mazinho, participaram do encontro Miguel Torres, presidente da Força Sindical; Ricardo Patah, presidente da UGT; Canindé Pegado, também da UGT; Sergio Nobre, da CUT; Álvaro, da CSP; Adilson, da CTB. Marcaram presença na reunião, ainda, Moraes, da Federação Única dos Petroleiros (FUP); Sílvia Trajano, da Federação dos Trabalhadores no Vestuário do Estado de São Paulo; Nilson Duarte, da UGT-RJ; Marcelinho, da CUT-RJ; e Lourival, do Sindicato dos Trabalhadores da Construção do Estado da Bahia. Todos se manifestaram em apoio à luta nacional das Centrais.

Os presentes foram unânimes em defender uma luta sem tréguas pela recuperação da empregabilidade. Ficou definida, também, a elaboração de um documento a ser lançado no início de dezembro e para servir de base para a discussão com o segmento empresarial, o governo, as lideranças políticas e demais instituições.

Os presentes decidiram entregar esse documento às autoridades no dia 9 de dezembro, em Brasília, quando estarão as Centrais Sindicais e as confederações nacionais de trabalhadores. E, no dia 11, as entidades decidiram realizar um grande ato público, no Rio de Janeiro, na defesa da retomada imediata da empregabilidade.

Houve, também, consenso no sentido de se discutir com pelo menos 29 empresas que, de uma forma ou outra, estão sendo investigadas no processo que envolve a Petrobrás e em outros setores como o elétrico, com as quais se pretende buscar construir o que a lei define como "acordos de leniência". Por esses acordos, essas empresas poderão retomar suas atividades normais e recuperar os empregos destruídos, sem prejuízo das ações judiciais que resultaram em bloqueio de bens e outras penalidades.

"Estamos buscando e vamos lutar para um grande entendimento com o empresariado na busca da retomada das atividades econômicas e da geração de empregos, e esperamos contar, para isso, com o apoio do governo, da Justiça, das lideranças políticas, do Ministério Público e de outras instituições", afirmou o presidente da CONTRICOM, que acrescentou: "o que não podemos é aceitar a passividade que prevaleceu no período anterior. É preciso agir com rapidez, pois o que está em jogo é o emprego dos nossos trabalhadores".

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário

Endereço: SHCGN/CLN Quadra 710 Bloco H Loja 56 – Asa Norte – Brasília/DF CEP: 70.750-538

Fone: (61) 3037-3154 | Fax: (61) 3034-5128



Câmara conclui votação e exclui políticos de regras de repatriação

Emenda busca evitar regularização de dinheiro de citados na Lava Jato

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (11) uma emenda de autoria do PSDB que exclui políticos, servidores e detentores de cargos públicos das regras do projeto de repatriação de recursos do exterior. O objetivo da emenda é evitar que pessoas citadas nas investigações da Operação Lava Jato possam se beneficiar da regularização de bens e capitais prevista na proposta.

O projeto foi enviado pelo Executivo e é uma das medidas do ajuste fiscal do governo. A votação da matéria foi concluída logo após a aprovação de emenda que exclui políticos da regra. O texto segue agora para o Senado.

“Os efeitos desta lei não serão aplicados aos detentores de cargos, empregos e funções públicas de direção e eletivas, nem ao respectivo cônjuge e aos parentes consanguíneos e afins, até o segundo grau ou por adoção”, diz a emenda, assinada também pelo PPS.

Cunha ignorou a solicitação do deputado e continuou a presidir a sessão. Em votação simbólica (sem votação nominal) a emenda que excluiu políticos eleitos das regras de repatriação foi declarada rejeitada, o que causou tumulto.

PL da Repatriação

Enviado pelo Executivo com o objetivo de aumentar a arrecadação da União, o projeto regulariza, mediante pagamento de multa, dinheiro enviado por brasileiros ao exterior sem declaração à Receita Federal.

Para garantir adesão ao programa de repatriação de dinheiro, o texto prevê anistia a uma série de crimes a quem voluntariamente declarar os recursos enviados ao exterior e pagar, em multa e IR, um percentual de 30% sobre o valor.

Para facilitar a aprovação do texto diante das críticas a essa anistia, o relator da proposta, deputado Manoel Junior (PMDB-PB), retirou do rol de delitos que poderiam ser perdoados a associação criminosa e o caixa 2.

Poderá ser perdoado, no entanto, quem regularizar valores provenientes de crimes como sonegação fiscal, evasão de divisas, falsidade ideológica, falsificação de documento, sonegação de contribuição previdenciária e operação de câmbio não autorizada. Também não serão punidos crimes de descaminho e lavagem de dinheiro quando o objeto do crime for bem ou valor proveniente dos delitos citados acima.

Pela proposta do relator, quem desejar repatriar seus recursos terá de pagar um percentual 30% sobre o valor, sendo 15% de multa e 15% de Imposto de Renda.

O projeto original do governo previa um percentual de 35% sobre o valor declarado, sendo 17,5% de multa e 17,5% de Imposto de Renda. Ao lançar a proposta com esses percentuais, o governo estimou que a arrecadação trazida com a repatriação ficaria entre R\$ 100 bilhões e R\$ 150 bilhões.

Fonte: Portal G1



Comissão aprova ampliação de lista de doenças incapacitantes para o trabalho

Entre as enfermidades incluídas na lista, que dariam direito à aposentadoria por invalidez, estão esclerose sistêmica e doença pulmonar crônica.

A Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4082/12, do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) *(foto)*, que amplia o rol de doenças incapacitantes, que levam à aposentadoria por invalidez permanente.

Pela proposta, as seguintes doenças passarão a ser consideradas incapacitantes:

- hepatologia grave;
- doença pulmonar crônica com insuficiência respiratória;
- amputação de membros inferiores ou superiores;
- miastenia (perturbação da junção neuromuscular) grave;

- acuidade visual, igual ou inferior a 0,20 em um ou nos dois olhos, quando ambos forem comprometidos; e
- esclerose sistêmica.

O projeto altera tanto a Lei 8.112/90, que trata do regime jurídico dos servidores públicos; quanto a Lei 8.213/91, que trata dos planos da Previdência Social para o setor privado.

Atualmente, a Lei 8.112/90 relaciona como doenças incapacitantes: tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante (lesão entre as vértebras da coluna), nefropatia grave, estados avançados do mal de Paget (osteíte deformante), Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (aids). A Lei 8.213/91 traz praticamente as mesmas doenças. Exclui apenas tuberculose ativa e hanseníase, mas inclui contaminação por radiação.

Isenção de IR

A proposta também estabelece que a isenção do Imposto de Renda (IR) sobre aposentadoria ou pensão concedidas devido à doença incapacitante tem caráter permanente. A isenção aplica-se também a planos de previdência complementar e seguro de vida.

Ainda segundo a proposta, havendo sequelas físicas ou psicológicas, o segurado continuará recebendo o benefício mesmo após tratamento que afaste os sintomas da doença.

Fonte: Agência Câmara

Comissão do Trabalho amplia licença-maternidade em caso de de bebê prematuro

Relatora acatou substitutivo aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, que reuniu dois projetos; cada proposta previa um caso de ampliação

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara Federal aprovou proposta que prevê a ampliação da licença-maternidade em caso de nascimento prematuro e nos casos em que o bebê precisa ficar internado em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Neonatal.



O parecer da relatora, deputada Gorete Pereira (PR-CE), **(foto)** foi favorável aos substitutivo aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico Indústria e Comércio. O substitutivo fundiu em um só texto os Projetos de Lei 1164/11, do deputado Lincoln Portela (PR-MG), e 1464/11, do ex-deputado Edivaldo Holanda Junior.

“Em ambas as situações, nascimento prematuro e necessidade de internação do recém-nascido em Unidades de Terapia Intensiva, o bebê é afastado da mãe por longos períodos”, afirma a relatora.

A proposta permite a licença-maternidade superior a seis meses em caso de nascimento prematuro. A medida abrangerá os estabelecimentos participantes do Programa Empresa Cidadã, instituído pela Lei 11.770/08, que prorrogou em 60 dias a licença obrigatória de 120 dias para a empregada de empresa integrante do programa. Em contrapartida, a empresa recebe incentivo fiscal.

O projeto permite a prorrogação para além desses 60 dias no caso de bebês prematuros, por um período correspondente aos dias faltantes para que se completem 37 semanas de gravidez.

A proposta também acrescenta dispositivos à Lei 8.213/91, que trata dos benefícios da Previdência, estabelecendo que a licença-maternidade de mãe de recém-nascido internado em UTI Neonatal será acrescida de período igual ao da duração da internação. À mãe de recém-nascido internado será permitido o acompanhamento do filho três vezes a cada 24 horas durante a internação.

Tramitação

As propostas ainda serão analisadas, em caráter conclusivo, pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência CÂMARA

Senado aprova emendas ao PPA 2016-2019

Qualificação de mulheres para empreendimentos solidários, reforço à inovação tecnológica, apoio a arranjos produtivos locais, ampliação da Ferrovia Transcontinental e melhorias dos serviços de saneamento básico estão entre as preocupações contidas nas emendas de cinco comissões permanentes do Senado ao projeto de Plano Plurianual 2016–2019 (Projeto de Lei do Congresso Nacional 6/2015) aprovadas nesta quarta-feira (11).

Foram aprovadas Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), emendas ao projeto do PPA 2016-2019 priorizando a melhoria dos serviços de saneamento básico, o fortalecimento do turismo e o aumento da reserva de água para abastecimento da população.

Por sugestão dos senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Lídice da Mata (PSB-BA), foi aprovada emenda para ampliar de 10% para 60% os percentual de municípios com plano municipal de saneamento básico. Para que a meta seja alcançada, devem ser implementadas medidas para estruturar serviços de esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais, entre outros.

Em reunião presidida pelo senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), os senadores da CDR aprovaram emenda que prevê a qualificação de 40 mil profissionais que atuam na cadeia produtiva do turismo, por sugestão de Lídice da Mata. Foi acolhida ainda emenda proposta por Elmano Férrer (PTB-PI) e Simone Tebet (PMDB-MS), prevendo a ampliação da capacidade de reserva de água para abastecimento humano,



Senadores alteraram projeto original do governo

de forma a superar a crise hídrica enfrentada por diversas localidades.

Transportes e adutoras

Sob relatoria de Acir Gurgacz (PDT-RO), a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou as emendas ao Plano Plurianual (PPA) 2016-2019. O colegiado decidiu contemplar a ampliação da Ferrovia Transcontinental, a construção de adutoras no semiárido nordestino e a meta de pavimentar 2 mil quilômetros de novas estradas federais.

A ampliação da Ferrovia Transcontinental é uma sugestão de Valdir Raupp (PMDB-RO), que coincidiu com uma emenda de mesmo teor do próprio Gurgacz. A ampliação proposta, com custo de R\$ 5 bilhões, refere-se ao trecho entre Porto Velho (RO) e Sapezal (MT).

A construção de adutoras em toda a região do semiárido nordestino foi proposta por Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) com base em emenda inicialmente proposta por Garibaldi Alves (PMDB-RN), que previa a referida política focada no Rio Grande do Norte. Os membros da CI concluíram que a ampliação da área abrangida



fortalece politicamente a inclusão definitiva da emenda no PPA. O custo sugerido é de R\$ 500 milhões.

E a meta de construir ou pavimentar 2 mil quilômetros de rodovias, sob a gestão do Ministério dos Transportes, foi sugerida por Wilder Morais (PP-GO). Para Gurgacz, a definição dessa meta contempla emendas de outros senadores que queriam a duplicação ou o melhoramento de trechos de rodovias federais já pavimentadas.

APLs

O apoio aos arranjos produtivos locais (APLs) - aglomerações territoriais de agentes econômicos - é um dos focos das emendas propostas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019. O apoio aos APLs, resultante de emenda da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), poderá receber R\$ 850 milhões.

A segunda emenda em termos de previsão de recursos é a de adequação e modernização das vias do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, com R\$ 400 milhões. A emenda é de autoria da senadora Sandra Braga (PMDB-AM). Outra iniciativa apoiada pela CAE é a elaboração de plano de exportação voltado para pequenos e médios produtores agrícolas da Região Nordeste. De autoria do senador Raimundo Lira (PMDB-PB), a emenda prevê recursos de R\$ 50 milhões.

Há ainda uma série de emendas que visam objetivo, sem definir recursos, como a conexão de 1 mil negócios nascentes e inovadores (startups) a investidores e grandes empresas e o aumento do número de beneficiários do Proex-equalização. Esse programa viabiliza exportação financiada pelas instituições financeiras no país e no exterior,

na qual o Proex assume parte dos encargos financeiros.

As emendas da CAE tiveram como relator o senador Raimundo Lira.

Inovação

Na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) foram aprovadas seis emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional 6/2015. Três delas foram alterações de despesas e as outras três apenas modificações de texto.

A primeira emenda, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), inclui no Objetivo 1056, que visa promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas e cadeias produtivas, o direcionamento de financiamentos do BNDES a projetos que desenvolvam a capacidade de inovação na indústria brasileira.

Proposta pelo senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP), a segunda emenda aprovada fixa em 8 mil o número de projetos de pesquisa a serem apoiados pelas agências federais de fomento à ciência, tecnologia e inovação. A última emenda aprovada, também proposta por Randolfe, assegura o apoio orçamentário a 150 projetos de extensão tecnológica. As emendas foram relatadas pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Fonte: Agência SENADO

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)

DIEESE aponta lucros elevados dos bancos

O primeiro semestre de 2015, os resultados obtidos pelos cinco maiores bancos do país mostram, mais uma vez, que não existe cenário desfavorável para o setor, independentemente do desempenho do conjunto da economia. Todos obtiveram lucros elevados, especialmente os dois maiores bancos privados – Itaú e Bradesco – cujos lucros alcançaram os mais elevados patamares históricos.

Um dos fatores com maior influência nesse desempenho foi a elevação das receitas com Títulos e Valores Mobiliários, decorrente de sucessivos aumentos da Selic desde o ano passado, e da alta nos índices de preços. Outro fator importante foi o crescimento das receitas com o câmbio,

O 1º semestre do ano também foi marcado pela implementação de um plano de aposentadoria incentivada na Caixa Econômica Federal e pelo fechamento de postos de trabalho no Bradesco e no Itaú Unibanco. Apenas Santander e Banco do Brasil fizeram contratações. Por fim, nesse período, o HSBC confirmou o encerramento de suas atividades no Brasil e está em curso um processo de aquisição do banco pelo Bradesco.

Em razão dos prejuízos do HSBC desde o segundo semestre de 2013, os estudos mais recentes da Rede Bancários sobre o desempenho dos maiores bancos não consideraram essa instituição. Após a aquisição do HSBC pelo Bradesco, a concentração bancária no Brasil se elevará e os cinco maiores bancos deverão responder por pouco mais de 80% dos ativos do sistema.

Esses são os principais destaques da 8ª edição do estudo Desempenho dos Bancos, produzido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) - Rede Bancários.

Fonte: DIEESE



Inauguração da Subsede da CONTRICOM em Alagoas

Foi inaugurada, no último dia 31 de outubro, a subsede da CONTRICOM do Estado de Alagoas, que funcionará nas dependências do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada, na capital (SINDTICONSPAL), Maceió, presidido pelo companheiro Manuel Januário, presente ao evento juntamente com inúmeras lideranças sindicais.

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho **(na foto, com o presidente Manuel Januário e demais lideranças do Sindicato)**, marcou presença na inauguração da subsede de Alagoas, quando afirmou que o ato “representava mais um passo no sentido de fortalecer a Confederação em todo território nacional e suas ações na defesa dos interesses da categoria da construção e do mobiliário”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM